



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA SEXTA REUNIÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos três (03) dias do mês de março do ano de dois mil e oito (2008), às nove horas e trinta minutos (09h30), no auditório "Procurador de Justiça João Bosco Carneiro," reuniu-se o Comitê de Tecnologia da Informação, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007 e designado pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 11 de outubro de 2007, composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcanti, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Coordenadora de Informática Maria José Gomes de Oliveira e o Programador Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos submetendo à aprovação a ata da quinta reunião do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros assinaram a referida ata e o Dr. Alcides pediu para que a Diretora de Planejamento encaminhasse através de ofício uma cópia daquela à Procuradora-Geral de Justiça. Em seguida, Dr. Alcides informou aos presentes que o Dr. Alexandre César Fernandes Teixeira estaria justificadamente ausente da reunião do Comitê, em vista de problemas de saúde com pessoa da família. Dando seqüência, Dr. Alcides saudou os técnicos recém-nomeados da área de informática, convidados para a reunião, ressaltando que eles são os primeiros servidores efetivos do Ministério Público paraibano na área de tecnologia da informação e que por isso mesmo deles se esperava um contributo assaz significativo, pois só

assim, passaremos da automação para a informatização. Ainda com a palavra, Dr. Alcides solicitou que os servidores se apresentassem aos membros do Comitê, dizendo nome e área de atuação. Na seqüência, os servidores se apresentaram conforme a seguir: Jehan Malthus Tavares – Técnico de Informática (Suporte); Uirá Alencar Wasconcelos Silva de Assis – Auxiliar Técnico de Promotoria (Web designer) e Felipe Sette Carneiro de Moraes – Técnico de Promotoria (Analista de Suporte). No ensejo, a Coordenadora Maria José informou que o servidor designado para Campina Grande, na área de suporte, já tinha viajado para se apresentar ao Coordenador do Segundo Centro de Apoio Operacional. Diante do fato, Dr. Alcides solicitou que a Dr^a. Maria José mantivesse contato com o mesmo, para que ele se apresentasse ao Promotor de Justiça Dr. Gustavo Amorim, a fim de que o servidor de informática com lotação em Campina Grande tivesse o necessário contato com um membro deste COMTI. Em seguida, Dr. Alcides ainda recomendou aos novos servidores que lessem integralmente a Instrução Normativa nº 003/2007, que orienta a política geral de informática no âmbito do Ministério Público. Ainda fazendo uso da palavra, Dr. Alcides informou aos presentes que o Seminário de Informática não será realizado nos dias 10 e 11 e sim no dias 17 e 18 de abril do ano em curso, em virtude da agenda dos palestrantes. Disse ainda, que a Procuradora-Geral já confirmara a presença do Procurador de Justiça Petrônio Calmon, ficando para definir através de contato do Coordenador do CEAF, Dr. José Raimundo, o palestrante Dr. Sérgio Tejada. Solicitou que a Dr^a. Arlinda oficializasse expediente ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, para confirmar a apresentação do **Sistema E-JUS** no dia 18 de abril, pela manhã. Solicitou ainda, que a Secretária do Comitê Arlinda marcasse uma reunião extraordinária do Comitê para o próximo dia 17 de março, às nove horas e trinta minutos (9h30), no auditório “Procurador João Bosco Carneiro”, convidando o Coordenador do CEAF, Dr. José Raimundo de Lima, com a finalidade de finalizar a programação do Seminário de Informática. Em seguida, Dr. Alcides também comentou que existe uma recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público para que os Órgãos Colegiados de Administração Superior da Instituição dêem ampla publicidade das suas sessões pelo que necessário se faria providenciar meios necessários para, futuramente, viabilizar a transmissão das reuniões tanto as do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, como as do egrégio Conselho Superior do Ministério Público pela internet. Diante do assunto, também o Dr. Gustavo Amorim, solicitou que o Programador Daniel providenciasse um link para o COMTI no site da Instituição, a fim de também dar ampla publicidade às atas deste Comitê. Em seguida, Dr. Alcides levou ao conhecimento dos presentes que através de ofício datado de 14.02.2008, dirigido à Procuradora de Justiça Dr^a. Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo – Presidente da Comissão do Planejamento

Estratégico da Instituição – fizera uma prestação de contas das ações desenvolvidas até o presente na área de informática, o qual contém o seguinte teor: *“Senhora Procuradora de Justiça, Cumprimentando-a, sirvo-me do presente para, em atenção ao **Ofício Circular DIPLA nº 004**, de 17.01.2008, me reportar, ainda que de forma sumária, às ações desenvolvidas e aos resultados alcançados, até o presente, na concretização do projeto de **INFORMATIZAR O MP**, do modo como inserido no Planejamento Estratégico 2006/2010. Dessa maneira, apraz-me cientificar a Vossa Excelência que, embora incrementadas a partir do ano de 2007 – próximo passado – as ações estratégicas direcionadas à consecução das metas previstas no planejamento respectivo, passaram a se desenvolver em ritmo vigoroso notadamente a partir da feliz iniciativa da eminente Procuradora-Geral de Justiça que expediu, em outubro próximo passado, a Instrução Normativa GPGJ nº 003/2007 a qual passou a orientar a política geral de informática no âmbito do Ministério Público Paraibano, disciplinando a utilização de todos os recursos tecnológicos disponíveis na Instituição e criando o **Comitê de Tecnologia da Informação**, que se instalou em 15 de outubro de 2007 e desde então realiza, mensalmente, reuniões regulares discutindo e acompanhando todos os assuntos pertinentes à matéria. Nesse contexto, inobstante os conhecidos óbices de ordem financeira e orçamentária que se nos antepõe, merecem especial destaque, até mesmo porque materializados em prazo muito curto, os pontos a seguir relacionados: **a)** O início da renovação do parque computacional do Ministério Público, com a aquisição de novos equipamentos, cumprindo relacionar, em especial: a.1) 02 novos Servidores de rede; a.2) 290 novos Microcomputadores (mais impressoras, monitores, estabilizadores e softwares licenciados em número compatível), sendo que destes, 135 já foram distribuídos e outros 155 – aí incluídos alguns equipamentos portáteis (notebooks) – estão em processo de entrega ou de aquisição, o que representa uma renovação superior a 60% (sessenta por cento) do número de equipamentos existentes à época da concepção do planejamento estratégico, número que se tornará ainda mais expressivo se considerada a natural atualização dessas máquinas, decorrente da veloz evolução científica inerente à própria informática; **b)** A modernização do site do Ministério Público na rede mundial de computadores – Internet –, que doravante, além de contar com um **layout**, ou desenho, completamente renovado, e em constante expansão, vem sendo atualizado diariamente e, inclusive, já permite a todos os usuários e “visitantes” o acesso imediato à edição eletrônica do 2º caderno do Diário da Justiça contendo toda publicação oficial emanada do Ministério Público. Ainda a partir da nossa página pode-se realizar inúmeras consultas a dados institucionais, valendo ressaltar a disponibilização da consulta pública, por enquanto restrita à Capital, dos inquéritos em tramitação na CAIMP – Central de Inquéritos Policiais do Ministério Público. **c)** De modo ainda tímido, já principia a paulatina substituição de softwares proprietários por softwares livres, cabendo exemplificar a substituição que já se começa realizar do Microsoft Office pelo BrOffice, tarefa que se desenvolverá com maior sucesso a partir de quando associada ao treinamento dos usuários das estações de trabalho. **d)** Interação com outros Ministérios Públicos, a partir de iniciativa adotada no âmbito da Comissão Nacional de Informática do CNPG – Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça –, o que tem permitido ao MPPB não apenas conhecer e acompanhar a realidade de outros Estados, como também assimilar e analisar os projetos e soluções por eles adotados. **e)** Com o apoio do CEAF, está programada para acontecer ainda no primeiro semestre do ano fluente um **Seminário de Informática** cujo objetivo é o de conscientizar e familiarizar os integrantes do Parquet paraibano com a futura e muito breve realidade processual brasileira e suas novas tecnologias, sobretudo em face do advento da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, em decorrência da qual se prevê a total eliminação do papel na Justiça Brasileira pelo menos a partir do ano 2013, ou seja, num prazo de até de cinco anos. **f)** A realização de concurso público que possibilitou a recentíssima contratação dos primeiros servidores efetivos para a área de tecnologia da informação, em número de 09 (nove), sendo esta a primeira equipe de informática que se formará na Instituição o que, dentre outros avanços, permitirá o desenvolvimento de programas específicos voltados pontualmente para as nossas peculiaridades. **g)** A adoção de providências administrativas, por enquanto na área de consultoria, para implantação, ainda este ano, da rede estadual de Informática do Ministério Público, o que possibilitará a interligação de todas as nossas unidades. Estas, senhora Procuradora, as ações desenvolvidas e os resultados obtidos que reputo importante consignar, no momento, cumprindo frisar que permaneço à sua disposição para quaisquer outros esclarecimentos relacionados ao tema”.* Logo após, o Dr. Alcides perguntou a Chefe do Departamento de Informática Maria José sobre a aquisição de notebooks para os Gabinetes dos Procuradores de Justiça, solicitando que apresentasse as configurações ao COMTI tendo em vista sua utilização em reuniões

das Câmaras e sessões do CSMP e CPJ. Prestando esclarecimentos, a Dr^a. Maria José informou que já providenciara a aquisição de dezenove (19) notebooks e que o processo já se encontra em tramitação na Instituição, mas que remeterá a configuração dos mesmos para conhecimento dos Integrantes do Comitê. Com a palavra, o Secretário-Geral Dr. Cláudio Antônio Cavalcanti deu boas-vindas aos novos servidores, ressaltando a importância da formação de uma equipe de informática para a Instituição e aproveitou a oportunidade para elogiar a atuação do Comitê. Na sequência, Dr. Gustavo Amorim saudou os membros do COMTI, bem como os novos técnicos de informática e comentou sobre a situação da Instituição com relação à tecnologia da informação. Falou ainda, sobre os objetivos do Planejamento Estratégico na parte atinente à informatização do Ministério Público paraibano e lembrou todas as ações estratégicas. Um dos pontos destacados pelo Dr. Gustavo foi a modernização do *site* do MPPB, que no seu ponto de vista, atualmente é muito personalista e precisa ser "*servicista*", isto é, deve-se dar publicidade apenas aos serviços que o Ministério Público pode oferecer à sociedade. Ainda com a palavra, Dr. Gustavo propôs formar uma equipe de trabalho para desenvolver os pontos das ações estratégicas. Na ocasião, Dr. Gustavo solicitou ao técnico Daniel que desenvolva um plano de implantação gradativa do *software* livre na Instituição. Falou ainda, da importância de se elaborar um Plano Diretor de Informática, pois iria nortear as decisões do COMTI e o desenvolvimento tecnológico da Instituição. Disse ainda que gostaria de participar da modernização do *site*, sugerindo que pode realizar reuniões virtuais com o web designer, bem como poderia colaborar com a implantação gradual dos *softwares* livres. Na sequência ainda o Dr. Gustavo falou sobre o desenvolvimento de um sistema para controle de processos na Curadoria das Fundações, como projeto piloto, o qual, logo que aprovada as funcionalidades e emissão de relatórios, poderia se estender para as demais Curadorias. Com a palavra, o Programador Daniel disse que já começou a elaborar um esquema para desenvolver um *software* de gerenciamento de processo para as Curadorias de forma unificada, a pedido do Promotor de Justiça Dr. Alley Scorel, Curador da Infância da Capital, mas está estagnado, em virtude da prioridade em desenvolver o sistema da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Diante de tantas necessidades, Dr. Alcides solicitou que a Chefe da Informática Maria José mantivesse contato com consultorias, a fim de remeter propostas para elaboração do Plano Diretor de Informática, cuja sugestão foi acatada por unanimidade, mas com a ressalva da Dr^a Arlinda, no que se refere a priorizar as ações de investimentos levando em consideração o tempo e as necessidades prementes da Instituição quanto à Rede Wan e o desenvolvimento de um sistema para a área fim, em vista da necessidade de rápida adequação do *Parquet* ao processo judicial informatizado. Com a palavra, o Dr. Cláudio fez a

observação de que não se concebe uma Promotoria de Justiça com o porte da de Sousa ainda não dispor de internet. Nesse momento, a Diretora Arlinda apresentou aos membros do Comitê o senhor Laércio Alexandrino, representante da TRIADE, dizendo que a presença do mesmo na reunião seria a de prestar esclarecimentos quanto à contratação dessa empresa para elaboração do termo de referência e edital de licitação, dentre outras providências listadas na proposta de consultoria com vistas à futura rede estadual do MP. Após as apresentações de praxe, o Sr. Laércio informou de sua experiência no ramo de atividade, que inclui empresas privadas e órgãos estatais, a exemplo do Tribunal de Justiça da Paraíba. Esclareceu aos presentes que o conjunto de aplicações do Ministério Público não está completo, no que se refere à rede lógica, desenvolvimento de softwares e sistema de acesso a rede de dados interligados, bem como a internet. O Dr. Gustavo questionou sobre a proposta da consultoria no que diz respeito à forma e prazo de execução do serviço a ser prestado pela TRIADE. O Consultor Laércio esclareceu que pretende fazer diagnóstico nas Promotorias de Justiça das cidades pólos, como João Pessoa, Campina Grande e Patos, e, em três Promotorias de menor porte, para servirem de amostragem, com a finalidade de dimensionar a necessidade da capacidade da Rede. Dr. Gustavo questionou ao Sr. Laércio se a distância da Promotoria de Justiça para a Sede do Ministério Público influenciaria no custo, bem como se poderíamos aproveitar a estrutura criada para o Tribunal de Justiça, que já possui interligação abrangendo todas as Comarcas, como forma de diminuir custos na licitação. Com a palavra, o Sr. Laércio disse ser bastante pertinente a pergunta de Dr. Gustavo, pois a distância certamente reflete no custo de implantação e que o Ministério Público pode negociar para um menor preço diante da estrutura já existente para todas as Comarcas, conforme licitação realizada ano passado no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. O Sr. Laércio ainda respondeu a várias indagações feitas pelos membros do Comitê sobre a importância da implantação da Rede Wan para a Instituição. Depois de esgotados todos os questionamentos sobre o assunto, Arlinda perguntou aos presentes se seria pertinente contratar a consultoria e ainda, levar adiante a implantação do serviço, no que os membros concordaram por unanimidade. Em seguida, o Dr. Alcides perguntou a Dr^a. Arlinda se já havia feito contato com alguma empresa para digitar os documentos do Departamento de Recursos Humanos. A Dr^a. Arlinda disse que havia expedido ofício para a Procuradora-Geral em nome do COMTI e que a mesma despachou o documento para a Secretaria-Geral solicitando as providências necessárias. Com a palavra, o Dr. Cláudio falou que tomará imediatamente as devidas medidas quanto ao assunto. Na seqüência, a Coordenadora Maria José voltou a perguntar aos presentes sobre a contratação de empresa para dar celeridade ao desenvolvimento de sistemas necessários para a Instituição, tendo o Dr. Alcides solicitado que a Coordenadora Maria

José fizesse um levantamento dos projetos de desenvolvimento a realizar para apresentar na próxima reunião ordinária, a fim de que se realizasse uma discussão mais detalhada sobre o assunto. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, _____, Secretária, lavrei a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Informática. João Pessoa, 03 de março de 2008.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

Alexandre César Fernandes Teixeira
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça

Arlinda M^a Pimentel R. Leite
Diretora de Planejamento

Maria José Gomes de Oliveira
Chefe do Departamento de Informática

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática